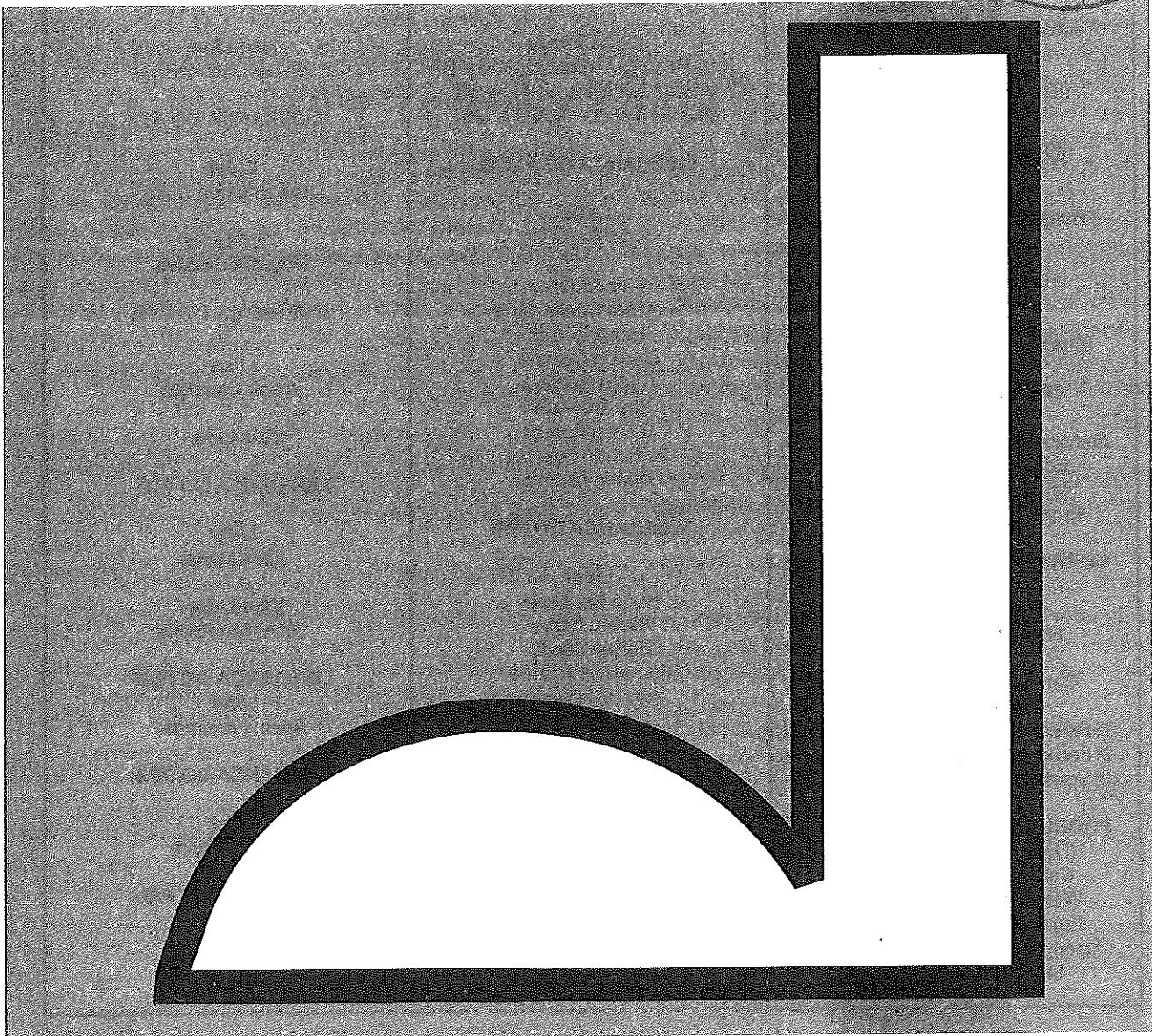




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - N° 142

SÁBADO, 3 DE AGOSTO DE 1996

BRASÍLIA - DF

MESA
Presidente
 José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
 Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
 Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
 Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
 Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
 Ermandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário
 Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
 Eduardo Suplicy – PT – SP
 Ney Suassuna – PMDB – PB
 Emilia Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)
 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE
 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior – PMDB – AC
 Waldeck Ornelas – PFL – BA
 Emilia Fernandes – PTB – RS
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
 Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
 Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
 José Roberto Aruanda – PSDB – DF
 Vilson Kleinübing – PFL – SC
 Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB
Líder
 Jader Barbalho

Vice-Líderes
 Ronaldo Cunha Lima
 Nabor Júnior
 Gérson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvam Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL
Líder
 Hugo Napoleão

Vice-Líderes
 Edison Lobão
 Francelino Pereira
 Joel de Holanda
 Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB
Líder
 Sérgio Machado

Vice-Líderes
 Geraldo Melo
 José Ignácio Ferreira
 Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB
Líder
 Epitacio Cafeteira

Vice-Líder
 Esperidão Amin

LIDERANÇA DO PT
Líder
 José Eduardo Dutra

Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB
Líder
 Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT
Líder
 Júnia Marisa

Vice-Líder
 Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB
Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS
Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL
Líder
 Romeu Tuma

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
 Diretor Executivo do Cegref

JÚLIO WERNER PEDROSA
 Diretor Industrial do Cegref

EXPEDIENTE
RAIMUNDO CARREIRO SILVA
 Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
 Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
 Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
 Impresso sob a responsabilidade da
 Presidência do Senado Federal
 (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- ATA DA 109^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE AGOSTO DE 1996

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPlicy - Críticas do cientista político e sociólogo francês Alain Touraine, à aliança do Governo Fernando Henrique Cardoso com os partidos de direita, à atuação do PSDB e da oposição brasileira, publicadas pelo *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, por ocasião do Encontro pela Humanidade e contra o neoliberalismo promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México. Reiterando apelo ao Presidente da República para viabilizar o Programa de Garantia de Renda Mínima. Importância do censo agropecuário e populacional realizado pelo IBGE.

SENADOR BERNARDO CABRAL - Requerimento de informações encaminhado por S. Ex^a ao Ministro Gustavo Krause, no mês de maio, solicitando esclarecimentos sobre o desmatamento na Amazônia. Pacote ecológico anunculado pelo governo, decretando a moratória no corte de mogno e da virola, bem como alterando o Código Florestal. Realização, entre os dias 13 a 16 do corrente mês, do IV Simpósio International sobre Ecossistemas Florestais - FOREST96. Defesa do desenvolvimento sustentado na Amazônia.

SENADOR ERNANDES AMORIM - Solicitação de S. Ex^a ao Ministro Raul Jungmann para visitar o Estado de Rondônia, com o fim de tomar conhecimento dos problemas fundiários do Estado. Conflitos e invasões de sem-terra. Ausência de recursos do Incra para o fomento à reforma agrária. Denúncias de corrupção e desvio de verbas federais no Governo de Rondônia.

SENADOR EDUARDO SUPlicy - Condenando ato criminoso de atentado à embaixada da Nigéria, por ocasião da vitória de seu time

de futebol sobre o Brasil, nas Olimpíadas de Atlanta.....

13473

SENADOR ADEMIR ANDRADE - Lamentando o não comparecimento do Ministro do Planejamento, Antônio Kandir, à reunião da Comissão da Amazônia, para discutir a previsão de investimentos orçamentários para aquela Região.

13474

SENADOR JOSÉ FOGAÇA - Reflexões sobre o recente acontecimento que envolveu a queda do Ministro Domingos Cavallo e sua interrelação com a estabilidade econômica brasileira. Especulação no mercado do dólar. Importância da manutenção das reservas cambiais.

13475

1.2.2 - Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.512, em 30 de julho de 1996 e publicada no dia 31 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, que dispõe sobre o crédito rural. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

13480

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - ATOS DO DIRETOR-GERAL

13464 N^os 944 e 945, de 1996

13480

3 - ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN

13467 N^os 61 e 62, de 1996

13481

4 - MESA DIRETORA

5 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 - PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 109^a Sessão Não Deliberativa em 2 de agosto de 1996

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Ermândes Amorim e Valmir Campelo
(Inicia-se a sessão às 9 horas).*

O SR. PRESIDENTE (Ermândes Amorim) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, primeiro orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, os bons amigos falam as coisas com sinceridade. Os amigos que realmente dão atenção, mesmo quando de fora, para as coisas do Brasil, obviamente, quando falam – ainda mais levando em conta a sua qualificação, a sua história de amizade –, tão maior é o valor das suas palavras e das suas advertências. Refiro-me ao cientista político e sociólogo francês Alain Touraine, que muitas vezes deu demonstrações de ser, de fato, amigo e mentor intelectual do Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde quando ambos elecionavam na Sorbonne, em Paris, e nas diversas ocasiões em que visitou o Brasil, antes de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter assumido a Presidência.

Depois que o Presidente assumiu, o cientista aqui veio dialogar com ele, dando-lhe grande força. E foi com essa extraordinária qualificação que Alain Touraine concedeu entrevista aos jornalistas que se encontram na cidade de La Realidad, uma vila na selva de Chiapas, no sul do México, para participar do Encontro pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Justamente ele, que está participando deste encontro, promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, em conversa aberta e franca com os jornalistas, fez algumas afirmações que merecem ser registradas, para nossa reflexão.

Eis o que publicou o jornal **Correio Brasiliense**:

Alain Touraine considera o Governo brasileiro débil politicamente, classificou de "ambígua" a aliança com os partidos que considerou de direita e ainda criticou o PSDB, partido do Presidente: "O problema é que o PSDB é pura m., não existe como partido," disse ele. Não sei exatamente qual a palavra que deve aí ser colocada, mas pode-se entender.

"A aliança com a direita é ambígua, mas não chega a ser catastrófica, porque foi feita com partidos já estabelecidos e tem como objetivo favorecer a manutenção do estado de direito. O problema é que entre as oligarquias que apóiam o Governo já surgem sinais de insatisfação, como é o caso da elite paulista," disse Touraine.

O sociólogo francês considera que na atual situação o amigo brasileiro já fará um bom Governo se, sem falar em grandes reformas, conseguir pelo menos manter o estado de direito no País. Ele lembrou a chacina dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, no Pará, como um exemplo de violação dos direitos no Brasil. "É preciso que não se mate mais gente como no Pará. Falei com Fernando Henrique Cardoso e ele disse que era problema da polícia estadual, mas não interessa saber quem mandou. Isso é inaceitável."

Touraine, que esteve no Brasil há algumas semanas para uma reunião no Itamaraty, disse que a base para Fernando Henrique Cardoso fazer um bom Governo é o fortalecimento do poder central do Estado e a diminuição da desigualdade social na população. Ele lembrou que o Brasil é um dos países com o maior desnível social do mundo.

"O Brasil não poderá sobreviver se continuar sendo o campeão da desigualdade social", advertiu.

Ora, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nós temos aqui alertado, insistido, dito tantas vezes quanto avaliamos necessário: o Brasil, que nos dá tantas alegrias quando ganhamos medalhas de ouro nas Olimpíadas ou mesmo medalhas de prata e de bronze, que nos honram, que tantas alegrias dá ao povo brasileiro quando se torna tetracampeão mundial do futebol, obviamente nos entristece por agora sermos bicampeões mundiais da desigualdade. Como eu gostaria de ver o Presidente Fernando

Henrique Cardoso, diariamente, convocando os seus Ministros para ver a solução sobre como resolver o problema da desigualdade e da miséria! Mas sinto que, passado um ano e oito meses do seu Governo, até agora não é essa a pauta principal. É nesse contexto que ressalto essas palavras de seu amigo fraterno, Alain Touraine.

É verdade que Alain Touraine – para ser justo até comigo próprio, como Senador do Partido dos Trabalhadores – também fez críticas ao Partido dos Trabalhadores, e é adequado que as cite da mesma maneira que citei as críticas ao Presidente.

Mas não faltaram críticas também para a oposição brasileira. Embora tenha tido uma visão positiva a respeito de Luiz Inácio Lula da Silva, Touraine acha que o ex-candidato do PT à Presidência não conseguiu unificar as esquerdas.

"O PT não existe, é formado por uma série de grupos e frentes que não se entendem. É tão débil quanto o Governo", disse Touraine, na presença do ex-Secretário Nacional do nosso Partido e, hoje, um dos principais membros da Executiva Nacional, Gilberto Carvalho.

É importante que ouçamos a avaliação crítica de um cientista do porte de Alain Touraine, para nossa reflexão, em termos de partido:

"À frente de uma lata da sardinhas e pão, o filósofo francês comia vorazmente enquanto deu a entrevista aos brasileiros, já na madrugada de ontem em La Realidad. Disse que chegou ao encontro dos zapatistas achando que o movimento não era tão importante e atribuindo a atração da esquerda mundial pelos zapatismo a um envolvimento emocional, mas depois de conversar com o subcomandante Marcos passou a achar que o zapatismo "tem a capacidade inovadora de buscar soluções mais abertas para a luta política".

"Eles não querem o poder, mas não entrar na política é impossível, já estão fazendo política. Os zapatistas não seguem nenhum modelo internacional. Vincular movimentos radicais com a democracia na América Latina é uma coisa totalmente nova", elogiou, dizendo não acreditar na criação de um partido zapatista, mas na participação autônoma deles na vida pública por meio de frente de oposição. "As metas

dos zapatistas parecem contraditórias, mas em meio mundo há movimentos sociais independentes da luta pelo poder. Não há sistema político no México" disse Touraine.

Qual foi a reação política? A reação do Presidente Fernando Henrique Cardoso às observações do sociólogo francês Alain Touraine foi de quem não quer ver as coisas.

"O Presidente não acredita que estes comentários tenham sido ditos dessa maneira" disse o Porta-Voz da Presidência, Embaixador Sérgio Amaral.

Para Fernando Henrique, possivelmente, alguns dos comentários não tenham sido feitos neste contexto. "É preciso ver a transcrição do que foi dito", insistiu o Embaixador, acrescentando: "Possivelmente, algumas delas estão fora de contexto."

O Presidente não quer levar em conta, mas as críticas têm grande fundamento. Essa entrevista foi ouvida por jornalistas de muitos jornais brasileiros; portanto, fica difícil ao Porta-Voz, Embaixador Sérgio Amaral, dizer que não terá sido verdade o que falou Touraine.

Estava lendo o *Correio Brasiliense*; porém, abrindo a *Folha de S.Paulo*, verifiquei que essa também é uma das principais matérias do jornalista Emanuel Neri, que foi ao México participar do Encontro promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, que inclusive contou com a participação de Luiz Inácio Lula da Silva.

Vejamos se, porventura, Emanuel Neri anotou de forma diferente. Vou citar as palavras de Alain Touraine:

"O sistema político do Brasil é débil. O presidente tem poucos poderes."

"Para Touraine, o país "necessita do fortalecimento do seu poder central". Criticou a "aliança ambígua" feita por FHC com partidos conservadores para se eleger.

Segundo Touraine, a aliança que elegerá FHC não chegou a ser "catastrófica", porque tinha como base a manutenção do estado de Direito no Brasil."

Aliás, é importante assegurar o estado de Direito.

"Mas, segundo ele, FHC começa a perder apoio de parte da "oligarquia que o elegerá, como a elite empresarial paulista".

Em seguida, fez a crítica ao PSDB, ao falar da fragilidade da base política do Presidente."

"Touraine disse que FHC está diante de três grandes desafios. O primeiro é a manutenção do estado de Direito. "Que não se mate mais gente, como no Pará", disse, referindo-se ao massacre de 19 sem-terra, em maio passado.

"Isso é totalmente inaceitável", afirmou. Touraine disse ter conversado com FHC sobre o episódio, e que o presidente responsabilizou a Polícia Militar do Pará.

O segundo desafio para FHC, disse, é o fortalecimento do poder central do Estado. Quer mais poder para FHC. Por último, defende menor desigualdade social."

"O Brasil não pode continuar sendo campeão em desigualdade social", disse. "O Brasil, no momento atual, tem mais miséria do que o México", afirmou.

Por último, Touraine criticou o PT. Apesar de dizer que Lula foi um fator "positivo" para o movimento sindical, afirmou: "O PT não conseguiu unir as esquerdas. Não existe como partido. É uma série de facções e é tão débil quanto o governo". Gilberto Carvalho, secretário de comunicação do PT, estava sentado a seu lado.

Touraine disse ter-se "emocionalmente envolvido" com os zapatistas. "Encontrei aqui uma capacidade inovadora na busca de soluções", afirmou. Ele não considera os zapatistas guerrilheiros.

"Eles só foram guerrilheiros por quatro dias", disse, referindo-se ao período de confronto entre o EZLN e os militares do México.

Touraine disse que as mudanças no México, como a reforma eleitoral, são feitas graças às pressões dos zapatistas. Acredita que o movimento fará "transição rápida da luta armada para a política".

Mais tarde, o subcomandante Marcos, Líder do EZLN, negou essa transição. "Nós não vamos ser um partido para disputar eleições, que no México não são livres."

Marcos previu que o governo mexicano deve "endurecer" a repressão a eles, caso não haja apoio internacional ao movimento.

"O governo está esperando nosso desgaste para dar o golpe final", disse, ao lado da ex-Primeira-Dama da França, Danielle Mitterrand."

Por que surge um movimento como o Exército Zapatista, em Chiapas? Exatamente porque o governo mexicano não estava conseguindo enfrentar o problema da desigualdade social. Era um governo que, inclusive, estava sendo adulado. O governo anterior do México estava sendo considerado pelos Estados Unidos, pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário, por inúmeros economistas no Brasil como um exemplo a seguir. Mas ali estava o sinal, em Chiapas, de que o governo mexicano, assim como outros, se preocupava mais com a criação de condições para o objetivo da acumulação do capital, para o objetivo da realização de lucros, principalmente para aqueles que já detêm grande poder econômico, sem ver o outro lado do crescimento, que é tão importante. O crescimento civilizado precisa levar em conta a relação entre todas as pessoas, todos os seres humanos. É preciso que haja equilíbrio na distribuição da renda e da riqueza, é preciso que haja atenção para com a erradicação da miséria.

Se o Ministro Domingos Cavallo, na Argentina, caiu com manifestações de rua, protestando com respeito ao desemprego tão alto, à sua falta de atenção para com a desigualdade, aqui no Brasil esses fenômenos deveriam ser vistos como um alerta.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem uma história. Sinceramente, estranhó que, até o presente momento, não dedique mais energia, maior vigor, a políticas de transformação dessa realidade.

Tenho tentado conversar com o Presidente Fernando Henrique sobre esse tema, sobre a possibilidade de seu Governo implementar um instrumento reconhecido pelos economistas de todo o mundo, de todas as correntes, como aquele que mais eficazmente poderia contribuir para erradicar a miséria, o Programa de Garantia de Renda Mínima. O Presidente vai sempre adiando esse diálogo. Mas está previsto para o dia 7, quarta-feira próxima, a votação do projeto na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados.

Ontem à noite, por duas horas, conversei com três representantes do IPEA: Fernando Rezende, Presidente, Mariano Macedo, Chefe da Assessoria de Política Econômica, e Ricardo Varsani, economista. Estão estudando, por determinação do Ministro Antônio Kandir, quais as possíveis proposições para aperfeiçoar e indicar ao Relator Germano Rigotto. Disseram-me que até terça-feira, no máximo, estarão formulando eventuais sugestões para adequar e viabilizar o Programa de Garantia de Renda Mínima na visão do Executivo.

Espero que o Governo aja com rapidez e que procure não adiar, por quaisquer instrumentos, a vo-

tação dessa matéria. Espero que o Governo dê à questão a prioridade devida, ainda mais diante da situação concreta de desigualdade extraordinária, que qualquer cidadão brasileiro pode ver ao sair às ruas ou no campo, no interior do País.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso que, muitas vezes, dedica boa parte de seu tempo e de sua energia a observar experiências de outros países, precisa se dar conta e olhar mais para dentro de nosso País. Na hora em que um amigo como Alain Touraine fala coisas tão sérias, Sua Excelência, antes de dizer, pelo seu porta-voz, que não acredita naquelas palavras, deveria vê-las como o conselho de um bom amigo, semelhante aos que nós, da oposição, temos dado, como amigos do Presidente e, sobretudo, do Brasil.

Sr. Presidente, gostaria de, na conclusão, falar da importância do trabalho que o IBGE está realizando neste mês de agosto, ao promover um censo agropecuário e populacional. Considero da maior importância que o povo brasileiro dê todo o apoio a este censo, em que pesquisadores do IBGE estão percorrendo o Brasil inteiro, perguntando aos agricultores, aos proprietários de terra, às pessoas em geral no País sobre a sua condição sócio-econômica.

Infelizmente, durante o Governo Fernando Collor de Mello, não se deu a importância necessária ao trabalho do IBGE, a ponto de ter havido o atraso na realização do censo que deveria ter sido realizado em 1990, e só em 1991 o foi. Agora, sabemos que o IBGE, pelo economista Simon Schwartzman, que o preside, está querendo realizar um trabalho sério. Para que tenhamos um quadro completo da realidade social brasileira, das desigualdades, é muito importante que esse trabalho tenha todo o apoio do Executivo, do Congresso Nacional e da população brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Ermândes Amorim, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Com a palavra o nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, no dia 08 de maio deste ano, encaminhei um requerimento de informações ao Ministério do Meio Ambiente a vista de uma reportagem publicada no **Correio Braziliense**, com o título "Amazônia em Chamas". Naquele documento, solicitava ao Ministro Gustavo Krause

que conseguisse informações no órgão competente, e no caso o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, sobre:

Qual a verdadeira extensão do desmatamento dos incêndios ocorridos na Amazônia?

Qual a organização institucional existente de prevenção e controle no combate aos incêndios de desmatamentos?

Quais os recursos financeiros disponíveis para o combate ao desmatamento?

Qual a interação do trabalho do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais?

Quais as ações tomadas dentro do Tratado de Cooperação Amazônica para colbir esse tipo de ação?

Justificava esse requerimento, Sr. Presidente, porque havia sido dado à publicidade uma entrevista do ecólogo norte-americano, Philip Fearnside, pesquisador do INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com sede em Manaus. Ali dizia, relatando a reportagem, que os desmatamentos eram monitorados nos Estados Unidos, mas, inexplicavelmente, o Brasil se cala sobre eles.

Mostrava, no meu requerimento de informações, que a pesquisadora do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Srª Telma Qlug, denunciava que o instituto sofre pressões do Governo para não liberar novos dados; destacava, em contrapartida, que o mesmo INPE, onde esta pesquisadora trabalha, há 5 anos não divulgava nenhuma informação a respeito. Tudo isso era uma grande preocupação do Governo sobre o assunto.

Espero, Sr. Presidente, que o eminente Ministro Gustavo Krause, dada a história de que o fogo ameaça a Amazônia, recebesse algo de concreto do INPE.

A notícia que chega é que o Ministro Gustavo Krause, ao analisar os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, diz que tem em mão um dossier exclusivo. Aqui se diz que até a época da Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, o Brasil era apontado de forma unânime como um dos maiores vilões da ecologia mundial, por causa dos desmatamentos na Amazônia.

Os dados foram divulgados, Sr. Presidente, no final de julho; nesses dados declara-se que o Governo tratou de incluir no pacote ecológico duas medidas de grande impacto: a moratória no corte do mogno e da virola por dois anos em novas áreas e alterações no Código Florestal, dificultando o desmatamento de áreas florestais.

Isso foi noticiado amplamente pela imprensa como resultado de uma medida provisória do Presidente da República. É claro, Sr. Presidente, que essa moratória do mogno ganhará ampla repercussão internacional, porque temos conhecimento de que existem organizações não-governamentais – e aqui cito pelo menos três, a **Greenpeace**, a **WWF** e a chamada **Amigos da Terra** –, que há anos vêm desenvolvendo campanhas no nosso País contra a exploração predatória do mogno.

O pacote ecológico anunciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso foi encaminhado de imediato, ao que estou informado, às embaixadas no exterior. Com que finalidade? Aqui a resposta vem entre aspas e eu a leio: "A ordem é tentar ganhar espaços na mídia na Europa e nos Estados Unidos Unidos com a moratória do mogno e procurar esconder ao máximo os efeitos maléficos do incremento dos desmatamentos".

Tudo isso, Sr. Presidente, val se casar com uma reunião para a qual fui convidado e vou comparecer, que será levada a efeito no IV Simpósio Internacional sobre Ecossistemas Florestais, chamado **FOREST'96**, que será realizado de 13 a 16 de agosto, aqui no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no auditório do Minascentro. Quem vai patrocinar esse evento é a Sociedade Brasileira para a Valorização do Meio Ambiente – Bioesfera.

V. Ex^a foi Constituinte comigo e vejo também no plenário outro Constituinte, o Senador Ademir Andrade, e a coincidência é que o ex-Deputado Marcelo Cordeiro, que foi Secretário-Geral da Assembléia Nacional Constituinte, é o Consultor de Relações Institucionais dessa Sociedade Brasileira para a Valorização do Meio Ambiente. Com ele, está o Presidente da Sociedade, que é o Professor Dorival Correia Bruni. Outras circunstâncias levam a crer que esse IV Simpósio terá sucesso, pois participarão também a Secretaria de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, a Sociedade de Investigações Florestais – SIF –, a Associação Latino-Americana de Planejamento e Gestão Ambiental – ALAPAM – e o Centro Mineiro para a Conservação da Natureza – CMCN.

Veja V. Ex^a como as coisas se entrelaçam. Aquela meu requerimento já tem, pelo menos de maio até hoje, um certo espaço de tempo, as respostas que vieram para o Ministro do Meio Ambiente e agora é esse IV Simpósio Internacional. Por que agora, Sr. Presidente? Porque a cada dois anos ele é realizado, só que, no Brasil, é considerado o maior e mais importante do gênero.

Veja, portanto, V. Ex^a, que destaco, no temário, um painel que será absolutamente de alta valia para os que cuidam do problema ambiental e florestal, destaco o painel especial sobre a Amazônia, tendo como tema "Políticas, Diretrizes e Ações dos Governos dos Estados da Amazônia Legal para o Setor Ambiental/Florestal: Uma Visão sob a Ótica do Desenvolvimento Sustentado." Esse painel será realizado no dia 15 de agosto, no auditório a que já me referi, do Minascentro, sob a coordenação do Dr. José Seixas Lourenço, que é o Secretário de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente.

Estou tendo conhecimento, Sr. Presidente, de que pelo menos cinco Governadores da área ali se farão presentes. Ora, com isso teremos pelo menos um retrato sem retoques do que realmente se passa naquela área: saberemos se o fogo está consumindo toda a Amazônia ou se a está ameaçando; se essas queimadas estão tendo o índice alarmante que se diz; se realmente o Maranhão é o Estado mais devastado, ou Rondônia.

O Sr. Ernandes Amorim – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Há pouco tempo estava o Senador Ernandes Amorim na Presidência, e agora me interrompe para um aparte, que concedo com muito prazer.

O Sr. Ernandes Amorim – Nobre Senador Bernardo Cabral, vemos que há problemas na Amazônia, e bem V. Ex^a disse que determinados segmentos pesquisaram e detectaram os desastres que ocorrem na Amazônia, evidentemente organismos internacionais. O Presidente da República, antes de averiguar o que realmente ocorre na Amazônia, baixou medidas drásticas para a Região Norte. A suspensão do corte do mogno por dois anos, bruscamente determinada, prejudicou muitos empresários que ali estavam trabalhando. A fiscalização deveria ser feita quando se estivesse predatoriamente explorando essas madeiras, que já poderiam ser cortadas. Num momento em que o Brasil passa por uma recessão, em que precisa da economia daquela região em atividade, o Governo, bruscamente, baixou um decreto proibindo a exploração do mogno por dois anos e muitos empresários, possuidores de milhares e milhares de metros de mogno, estão à beira da falência. Uma outra questão é só se poder explorar 20% da área disponível para ser explorada. Imagine V. Ex^a que o Estado de Rondônia já possui mais de 50% do seu território transformado em reservas indígenas, ecológicas e outras de todos os tí-

pos. E já existia uma lei que permitia desmatar apenas 50% do que estava à disposição para ser explorado. Agora, desses 50%, só podem ser desmatados 20%. O Presidente da República não tomou conhecimento dessa situação e nós, da Amazônia, sempre somos comandados por pessoas do Sul, que não têm nada a ver com a Amazônia, que não conhecem nada da Amazônia, a exemplo do Ministro Krause, que não sabe nem o que é uma selva. S. Ex^a sabe o que é caranguejo na beira da praia e mangue, mas não conhece a Amazônia em si, contudo, envia documento ao Presidente da República – acredito até que levado pelos seus assessores – e numa subserviência total aos interesses estrangeiros, baixa uma medida provisória, que vai ser discutida nesta Casa, impedindo que o povo da Região Norte viva dignamente ali. Se apenas 20% daquela terra vão poder ser explorados, o Presidente da República vai ter que conseguir terras, não sei se no Brasil ou em outros países, para acomodar parte da população da Amazônia. É inconcebível, é entreguista, é antipatriótica essa medida tomada pelo Presidente para agradar interesses internacionais. E V. Ex^a sabe que quando, com todas essas medidas, conseguimos alguma coisa no exterior, isso geralmente se destina a atender aos problemas do Sul, à Mata Atlântica, à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, e a tantos outros, mas não à Região Amazônica. Não vemos o Governo sequer preocupado com a Região Norte e o seu povo. Por isso nos preocupa esse entreguismo vergonhoso que vive hoje o Brasil. Não sei a opinião das Forças Armadas, que deveriam até se posicionar em encontros como esse que vai se realizar em Minas Gerais, mas que, na verdade, deveria acontecer na Região Norte, por respeito e para que o Ministro e as autoridades do Governo fossem levados à Amazônia para tomarem conhecimento dos seus problemas. Por isso, deixo aqui a minha observação. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Quero dar destaque, no aparte de V. Ex^a, a dois segmentos. Primeiro, V. Ex^a tem absoluta razão quando diz que, de forma lamentável, algumas autoridades, no nosso País, ficam trancadas em gabinetes com ar-refrigerado e não conhecem as peculiaridades regionais. E aí nós não vamos considerar apenas a Região Norte, vamos situar o Nordeste, o Centro-Oeste, o próprio Sul, o Sudeste, cada um na sua área. Mas a realidade do tecnoburocrata é não entender o que se passa neste País em dimensões continentais. E quando se trata da Região Amazônica, não há como

ele entender, porque não sabe distinguir o que é a Amazônia Ocidental, e o que é a Amazônia Oriental, e inclusive o que é a Amazônia Legal, a extensão até o oeste do Maranhão. Aí V. Ex^a tem razão.

Na segunda parte, quero fazer uma ressalva. O Ministro Gustavo Krause já esteve algumas vezes no meu Estado, o Amazonas, e tem discutido conosco, de forma muito inteligente, o meio ambiente. Alinda recentemente, eu próprio e a Prof^a Aspásia Camargo discutimos exatamente este assunto e estabelecemos a distinção entre as organizações não-governamentais que fazem apenas um trabalho de fachada de catedral e fundo de bordel – porque não sabemos o que estão explorando, quem as financia, quem paga, quem dá recursos para um tipo de movimento que não se ajusta à nossa região e às outras. Este é o ponto nodal de toda esta nossa controvérsia. Vamos desatá-lo. De que forma? Desta que estamos fazendo, Senador: V. Ex^a reclamando, bradando contra medidas que são tomadas, que causam prejuízo enorme a quem está com a sua madeira estocada.

Vamos lembrar – e faço isso com o absoluto rigor da sinceridade – o que há um mês dizia o Senador Ademir Andrade, lembrando o que poderia acontecer na Região Norte, com a descoberta da nova mina de ouro, entre garimpeiros e a Vale do Rio Doce. E hoje as rádios e os jornais estão noticiando o conflito que pode ser estabelecido – previsto pelo Senador Ademir Andrade, e, além de previsto, o que é incrível, a recidiva que pode acontecer – exatamente porque fazem ouvidos de mercador para quem ali moureja, para quem conhece o problema da região e sabe das suas peculiaridades.

É por isso, Sr. Presidente, que venho à tribuna hoje, lembrando o requerimento anterior, as declarações que se fazem e este simpósio que se realiza em Belo Horizonte.

Quero discordar da opinião do Senador Ernandes Amorim quanto ao local. S. Ex^a brada, porque o simpósio não é feito na Amazônia. Eu prefiro até que ele seja realizado fora de lá, para que possamos conscientizar quem não é de lá para os problemas que ali existem. De modo que, no fundo, perseguimos a mesma coisa. Discordamos na forma, mas, no conteúdo, estamos absolutamente solidários.

O Sr. Ademir Andrade - Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade – Senador Bernardo Cabral, quando, na semana passada, eu estava embarcando com destino ao meu Estado, recebi a notícia da decisão do Presidente da República de suspender a exploração do mogno e da virola e de restringir a área de desmatamento das propriedades rurais na Amazônia em 20% da sua extensão. Imaginei que talvez houvesse uma revolução na região porque todos ficariam indignados ou revoltados com esse tipo de atitude. Para minha surpresa, andei pelo interior do Pará no final de semana, não senti qualquer reação à notícia. O que me leva a pensar, Senador Bernardo Cabral, que a população da Amazônia não levou a sério a decisão do Presidente da República, porque quem está explorando essa madeira não vai deixar de fazê-lo visto que não há fiscalização necessária e suficiente para impedir que isso ocorra. Quanto a limitar a área de desmatamento a 20% da extensão total da propriedade, também acredito que é algo que dificilmente os proprietários aceitarão. Srs. Senadores, como um trabalhador rural, que recebe uma área de 50 hectares para produzir durante toda a vida, vai viver de uma área de apenas 10 hectares, que representam 20% de sua propriedade? Isso será possível ou não? Não sei se o Governo quis dar uma satisfação à opinião pública internacional ou se de fato desejava adotar alguma medida séria. Defendemos o desenvolvimento auto-sustentável, sabemos que podemos explorar a riqueza natural sem destruir a natureza, preservando inclusive as matas. O grande mal – talvez o Governo não compreenda isso – não é tirar a madeira da floresta se se souber como fazê-lo, mediante acompanhamento da fiscalização do Governo. O grande mal, Senador Bernardo Cabral, é o que acontece hoje, sempre aconteceu e continuará acontecendo: são as derrubadas e as queimadas sem o devido aproveitamento econômico da madeira. E por que não é feito esse aproveitamento? Porque o acesso às áreas em que estão sendo feitas as derrubadas e queimadas é muito difícil; por isso, é antieconômico explorar essa madeira. Posteriormente, essas áreas serão transformadas em pasto ou preparadas para a plantação de algum tipo de cultura, e a floresta será substituída. Dá mais prejuízo tirar a madeira do local onde ela foi cortada para aproveitá-la economicamente do que simplesmente queimá-la, como está sendo feito hoje. E isso o Governo não vê. O que penso ser um verdadeiro crime na Amazônia não é o fato de um cidadão usar uma máquina para apanhar a virola ou para apanhar o mogno. Não é esse o crime, isso pode ser feito sem trazer problema ecológi-

co algum para a Amazônia, absolutamente nenhum. O que é mais importante o Governo não enxerga: é a derrubada pura e simples e a queimada total. Hoje, em qualquer canto do Estado do Pará, na rodovia Transamazônica, em Tucuruí, em qualquer região da Amazônia, são derrubadas e destruídas muitas árvores sem se aproveitar um metro cúbico sequer de madeira. É evidente que essa idéia de se limitar em 20% a derrubada da mata poderia diminuir a devastação da floresta, mas quem fará a fiscalização? Naqueles lugares mais remotos do interior, onde para se chegar de carro é difícil e o fazendeiro, para formar sua fazenda, tem que transportar mantimentos no lombo de burros, quem vai até lá para fiscalizar? Estranhei não ter sentido nenhuma reação da população a essa medida presidencial; por esse motivo só posso supor que ninguém a está levando a sério. Espero que o Governo compreenda que ou ele monta uma fiscalização eficaz ou ele dá condições para o colono da Região ou coloca as Forças Armadas com helicópteros para fiscalizar as derrubadas e queimadas; do contrário, o assunto será tratado como brincadeira, que é o que sinto estar acontecendo. A outra restrição que faço é quanto à porcentagem de mata que poderá ser derrubada. Para a grande propriedade, acima de 500 hectares, creio que é válido limitar em 20% a área a ser desmatada, mas a mesma porcentagem não pode ser estabelecida para a propriedade de 50 hectares. É muito difícil. O Governo tem que viabilizar a exploração econômica da mata derrubada. O colono, o dono da terra precisa derrubar sua mata para plantar arroz, feijão, mandioca, isto é, para fazer sua agricultura de subsistência. Além dessa medida, o Governo precisa garantir que, pelo menos na pequena propriedade, sejam mantidos os 50% para a derrubada da mata. É impossível alguém viver na Amazônia e sustentar família e filhos com dez hectares de terra. O Governo está muito despreparado para tratar dessa questão, tanto no aspecto técnico, quanto na fiscalização.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Ademir Andrade, a minha abordagem é uma espécie de rio que começou muito frágil e, na medida em que vai recebendo essas águas caudalosas dos apartes, acaba se transformando em um rio, também caudoso, pois todos acabam confirmando o que eu dizia: a falta de conhecimento dos técnicos burocratas sobre a realidade amazônica leva à adoção de certas medidas que, quando não têm o prenúncio de desrespeito, têm, com toda certeza, a indiferença dos que lá vivem.

Ora, nós que defendemos o desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas, com a preservação do meio ambiente, estamos preocupados e, diante do que está ocorrendo, chegamos à seguinte conclusão: para impedir a invasão de terceiros na queima da mata – e, no caso, V. Ex^a está com a razão, é isso que danifica o meio ambiente, além da dificuldade de acesso – estamos pensando em colocar os moradores do lugar – os habitantes da região, os que lá vivem, crescem e morrem não danificam a mata na Amazônia – como uma espécie de guardas florestais contratados pelo Governo, a título de alguma forma de pagamento. Atualmente há uma absoluta ausência de guardas florestais e a impossibilidade material – a impossibilidade pessoal já existe – de o Ibama controlar o desmatamento naquela área.

O problema das medidas esbarra num raciocínio simplista. Bastaria que a Presidência da República, no momento em que fosse dar à edição textos como este, convidasse integrantes da Bancada da Amazônia para opinarem sobre o assunto. O enfoque de V. Ex^a, Senador Ademir, pode ser diferente em certo tempo, assim como o do Senador Emanoel Amorim e o meu; mas, no fundo, nós três, que somos de Estados que compõem a Região Amazônica, teríamos uma contribuição a dar, e esta não teria nada a ver com a questão político-partidária ou com a ideológica, mas sim com o desenvolvimento da Região.

Disse, há muitos anos, em 1967, num discurso na Câmara dos Deputados, que, em termos de Amazônia, era melhor integrá-la para não termos de entregá-la amanhã.

Assim, Sr. Presidente, com esta frase concluo meu pronunciamento, chamando a atenção para o fato de que o problema da Amazônia é muito mais sério do que se pensa para ser resolvido em ambientes refrigerados ou em gabinetes de técnicos e burocratas.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Emanoel Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PMDB – RO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, fala-se pouco das autoridades deste País que, sendo de uma localidade, comandam outras. Já imaginaram se nós de Rondônia administrássemos o Rio Grande do Sul, com os seus problemas das

geadas? Evidentemente que as nossas atitudes não agradariam ao povo rio-grandense-do-sul.

Por essa razão, fiz várias visitas ao Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, em que solicitei a sua presença em Rondônia, justamente para que tivesse conhecimento do problema fundiário daquele Estado. Hoje, Rondônia tem mais de 50% de suas terras como reservas e uma população de dois milhões de habitantes. A cada momento, restringe-se o direito daquela população trabalhar e de viver naquela região. E, mesmo com todas aquelas matas de milhares de quilômetros, ainda há problemas de sem-terra.

Há pouco tempo, houve o problema de Corumbiara e de várias outras invasões no meu Estado. E, ainda ontem, houve uma outra no Município de Jaru, onde mais de 500 famílias entraram numa fazenda produtiva de nove mil hectares.

Na visita ao Ministro Jungmann, dissertamos sobre o problema da ausência do Incra no Estado.

Lá, há várias áreas desapropriadas, das quais os recursos já foram depositados em juízo; falta apenas a criação de grupos de trabalho para fazer o assentamento, o que não é feito. Não sei se há interesse do Presidente da República em dizer que deseja fazer sem que o faça.

Detetamos também a falta de recursos para que o Incra possa desenvolver os seus trabalhos.

Muitas vezes, o Presidente da República, juntamente com o Ministro Jungmann, com toda a sua seriedade e honestidade que lhes são conhecidas, pretendem realizar essa reforma agrária, mas a área econômica não solta recursos suficientes para que isso aconteça.

Nos Municípios de Ariquemes, Buriti e Campo Novo, existem seis fazendas desapropriadas há anos, desde a época do Governo Sarney, e até hoje não foi providenciado o assentamento nessas terras. A maioria das pessoas que se encontram naquelas áreas estão em pé-de-guerra, matando-se umas as outras, devido à ausência de uma equipe de trabalho do Incra. Isso é um absurdo!

O Presidente da República deveria ser coerente com suas declarações no sentido de assentar 60 mil famílias. Sabemos que não foram sequer assentadas cinco mil.

Sua Excelência nomeia um Ministro da Reforma Agrária, manda-o para lá de "pires na mão", sem recursos suficientes para a prática dessa reforma, e freqüentemente vai à televisão, à imprensa dizer que está sendo praticada a reforma agrária.

Como se isso não bastasse, o Senhor Presidente Fernando Henrique baixou uma medida provisória limitando o desmatamento na região amazônica em 20%. Isso contradiz tudo o que Sua Excelência vem declarando durante todo o seu Governo, até porque, no momento em que se colocar em prática essa medida provisória, ter-se-á que buscar outras áreas. O número de sem-terra em Rondônia está aumentando, mas não por falta de lugar para trabalhar, como ocorre no resto do País. Naquela região, pode-se voar sobre quilômetros e quilômetros de matas inabitadas.

O Presidente da República apresenta essa medida covarde, antipatriótica, uma medida que falta com o respeito para aquela população que existe na região amazônica. O que se tem visto nestes últimos tempos é um entregulismo violento deste País, uma falta de patriotismo, uma falta até de sistemas de segurança. Existe a fraqueza por parte do Congresso em atuar e "bater duro". Também, hoje, não há generais como os de antigamente. Parece que, atualmente, eles se escondem quando vêm tocar na soberania do País as tais "W" da vida, ou seja, as ONGs de outros países que recebem dinheiro oculto – ninguém sabe se vem do narcotráfico ou dos interessados em invadir o País no futuro e tomar a Amazônia.

A verdade é que, a qualquer documento programado apresentado por essas entidades, o Presidente da República ou os seus assessores não procuram saber a sua origem, a sua veracidade e baixam medidas que afetam o povo brasileiro. Não podemos permitir isso. E esta Casa, que é formada por um grande número de Senadores da Região Norte, não se pode calar diante desta situação.

Sr. Presidente, vejo Parlamentares negociarem votos em troca de benefícios para seus Estados, como é o caso da Bahia, São Paulo e outros. Nós, Parlamentares da Região Norte precisamos nos unir na hora da aprovação de matérias de interesse do Governo Federal, a fim de que consigamos o que é conveniente para os nossos Estados. Não podemos representar a Região Norte de braços cruzados, vendo tudo ser entregue, tudo ser colocado à disposição de quem não nos interessa.

Sabe o povo brasileiro que nós, que chegamos à Amazônia há tantos anos, não nos conformamos com essa situação. Eu, por exemplo, estou há 20 anos no Estado de Rondônia, já contrai 13 malárias, sofri viajando, às vezes a pé, por dois ou três dias, para, entre atoleiros, doenças e tantas dificuldades, avançar 200 quilômetros de estrada. Então, não

aceito que, depois de 20 anos, haja esse entregulismo por parte do Senhor Fernando Henrique Cardoso, expulsando-nos de lá, brasileiros que fomos convocados pelo próprio Governo Federal, na época, para ocupar e desmatar a Amazônia. E agora estamos sendo punidos por termos cumprido o nosso dever após o chamamento do Governo Federal.

Até os recursos que nos são enviados, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, são sucateados. O Governo diz que está financiando a agricultura e que há dinheiro no banco. Mas, através dos sistemas, estabelece que, para que se levante essa verba, não tenha havido o desmatamento de suas áreas e ainda solicita a apresentação do documento do IBAMA. As exigências desses órgãos geralmente são mirabolantes, e o povo da Amazônia, que não tem recursos, não recebe nada de banco, mas continua lá, vivendo por conta própria e contornando as dificuldades daquela região. Mesmo com tudo isso, ainda vêm essas perseguições – que acredito serem demandos –, prejudicando a nossa região amazônica.

Sinceramente, considero irresponsáveis essas medidas para lá encaminhadas, até porque só atraem benefícios para as Regiões Sul, Sudeste, principalmente as regiões ricas. O centro maior do Brasil tem a Região Norte como uma colônia, como a parte do País que só serve para consumir o produzido nos grandes centros e pagar imposto para manter a riqueza dessas áreas. Dentro desse pensamento, pode-se até enveredar pela defesa de se dividir esta Nação em duas: a Amazônica e a desenvolvida. Não podemos ficar à mercê de negociatas com países estrangeiros, interesses internacionais; brasileiros, conterrâneos nossos vendendo a cabeça do povo da Amazônia. É preferível que nós amazonenses, da Região Norte, façamos os nossos próprios negócios, busquemos o nosso desenvolvimento mediante um Estado Independente, que seria a Região Norte.

Sr. Presidente, dias atrás, denunciei que as mazelas da corrupção, os desvios de recursos federais corriam solto em Rondônia. O Governo do Estado recebeu recursos do Planaflora para o asfaltamento de uma estrada de 36Km, que liga a BR-364 a Rolim de Moura. Desviou-se praticamente 90% desses recursos e menos de 10% da obra foi concluída. Agora, a empresa não quer terminar a obra, segundo informes, alegando ter pagado R\$1 milhão de lobbies e de propina. Solicitamos ao Tribunal de Contas da União que procedesse à auditoria devida, o que, imediatamente, foi deferido por seu Presidente, Ministro Marcos Vilaça. S. Ex^a determinou que fosse verificado *in loco* o prejuízo desse desvio, que

lá foi constatado. Cabe agora ação maior do Poder Judiciário, da Procuradoria da República, para obrigar as pessoas que levaram esses recursos públicos a devolverem e a sofrerem as sanções, as penas cabíveis.

Portanto, estamos preparando um pedido de CPI para averiguar não só esse problema, mas outros semelhantes no Estado de Rondônia. Ano passado, por exemplo, o Governo daquele Estado destinou recursos para concluir uma penitenciária, onde os presos estão amontoados. Devido à precariedade do seu estado, a todo momento ocorrem fugas, e os presos estão lá porque querem, porque são bons presos. O Governo do Estado desviou, por meio dos seus comandados, R\$1,5 milhão que seriam utilizados na conclusão daquela penitenciária. Não se pode permitir, na Região Norte, que os poucos recursos que se consegue levar para aquela área sejam desviados por maus governadores.

Esse pedido de CPI destina-se também a averiguar outros desmandos, como o caso da compra de ambulâncias superfaturadas com recursos da saúde. Espera-se uma fiscalização maior em relação ao atual Governo de Rondônia. Defendo que se encontre uma maneira de investir no Estado sem interferência do Governo, já que todos os recursos que para lá são enviados normalmente são deslocados. O atual Governador recebeu um Estado mais ou menos equilibrado. Todavia, desviou parte da verba arrecadada, gastou R\$108 milhões e nada fez. Agora, S. Ex^a solicita que esta Casa aprove novos empréstimos. Por isso, pedimos aos nobres Senadores que, antes da aprovação desses recursos, sejam verificadas as prestações de contas pelo TCU.

O País passa por um momento de dificuldade. Estamos acompanhando o problema do Governo Federal e a dificuldade de repassar recursos para a saúde, para a segurança, para tantas outras atividades neste País; portanto, esta Casa não pode deixar isso vir a acontecer com os recursos públicos.

Sabemos que o Governo Federal, até agora, pouco cumpriu a programação orçamentária, mas o que enviou aos Estados tem que ser fiscalizado, principalmente no Estado de Rondônia, que tem uma Assembléia Legislativa venal, onde a maioria de seus parlamentares está sendo sustentada pela corrupção, ganhando R\$25 mil por mês, com um adicional de R\$8 mil só para comprar gasolina. Acredito que R\$8 mil seriam suficientes para uma prefeitura pequena melhorar as estradas vicinais. Um governo fraco como o do meu Estado, não faz outra coisa senão transferir recursos, como foi o caso da

merenda escolar, quando R\$ 3 milhões foram desviados, quiçá, para pagar propinas a deputados e a outros corruptos do Estado de Rondônia.

Cabe às autoridades competentes, à Procuradoria-Geral da República, a quem tanto denunciei, ao Tribunal de Contas apurar essas irregularidades no Estado de Rondônia, cumprindo a lei.

Neste País, prende-se ladrão de galinha. Por que, então, não se prende um governador que esteja desviando ou até roubando os recursos de um Estado?

Esse é o nosso pedido aos Colegas, a esta Casa e aos poderes competentes.

O SR. EDUARDO SUPILCY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno da Casa.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT - SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) - Que esta comunicação seja pela liderança do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente.

Gostaria de expressar o meu sentimento de solidariedade à Nigéria e especialmente à sua Embaixada, que, infelizmente, foi objeto de um atentado criminoso trinta minutos após a vitória desta sobre o Brasil, em um jogo olímpico de futebol. Infelizmente, uma pessoa ainda não identificada resolveu incendiar a garagem da Embaixada da Nigéria. Trata-se de um ato criminoso, condenável, que não condiz com o espírito esportivo da Olimpíada, com o espírito e a história de fraternidade e amizade entre o povo nigeriano e o brasileiro. É algo inadmissível. Queremos expressar à missão diplomática e aos seus componentes nossa solidariedade.

O Sr. Bernardo Cabral - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPILCY - Com muita honra, concedo aparte ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Gostaria que V. Ex^a juntasse às suas palavras também minha solidariedade. Um ato de vandalismo dessa natureza, cometido contra uma embaixada que paga o preço por uma derrota com a qual nada tem a ver - foi apenas uma disputa e, em uma hora dessas, vence quem é melhor, aquele que teve mais garra, aquele que soube se comportar em campo -, não merece que o Brasil o receba por um ato isolado de um tipo, de um vândalo, que é inequivocamente um criminoso, ad-

moestação de quem quer que seja. Por isso eu me solidarizo com V. Ex^a, nesta moção, ainda que verbal, de solidariedade à Embaixada da Nigéria.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Gostaria até de aqui deixar uma sugestão ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Antonio Carlos Magalhães, para que haja uma manifestação da Comissão e do Senado Federal diante desse episódio.

O Sr. Bernardo Cabral – E eu, na qualidade de vice-Presidente da Comissão, levarei a sugestão de V. Exa.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Agradeço ao Senador Bernardo Cabral que, como vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, poderá então encaminhar a minha sugestão oficialmente.

E gostaria de registrar, Sr. Presidente, que foi uma infelicidade. Temos um time de futebol fantástico. Poderíamos formar diversas seleções brasileiras com a mesma qualidade daquela que está disputando as Olimpíadas. Vamos agora disputar a medalha de bronze contra Portugal, hoje às 19h. Certamente é um time que honrou a camisa, as cores do Brasil. Mas são circunstâncias que ocorrem.

Naquela partida o futebol brasileiro demonstrou qualidades excepcionais. Chegamos a estar ganhando de 3 a 1 e, com excesso de confiança talvez, o fato de um dos nossos melhores jogadores, justamente aquele que havia se distinguido como o melhor jogador do campeonato paulista, durante o primeiro semestre deste ano, o jogador Rivaldo, do Palmeiras, que foi fantástico, e por uma dessas coisas que acontecem no esporte, o técnico Zagallo o substituiu por Amaral, que é um extraordinário jogador e Rivaldo chegou no segundo tempo, substituindo Juninho, mostrando-se um pouco preocupado, resolveu dar um drible, que não entendi porque, no nigeriano...o que me deixou preocupado. Torço pelo Santos, admiro o jogador Rivaldo e imaginava que ele tivesse...ele tirou o campeonato do Santos e pensei que o Santos seria campeão e agora nas Olimpíadas aconteceu aquilo que nos entristeceu.

Obviamente, fiquei pensando nos 3 a 2 e nos 3 a 3 e depois nos 3 minutos finais, no gol fantástico do jogador nigeriano, aquele encantamento, aquela dança de alegria que ele reproduziu, imaginei o contágio que estaria acontecendo na Nigéria, como fazemos quando ganhamos e eis que um brasileiro resolve fazer o que fez na Embaixada da Nigéria.

Ora, Sr. Presidente, nossos cumprimentos, nossas saudações ao povo nigeriano pela brilhante vitória, mas infelizmente esse é um ato de violência com o que não podemos estar de acordo, precisa-

mos condenar e acredito que o Governo brasileiro deverá providenciar a reparação dos danos causados na garagem, diante de um ato que fere a todos nos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero fazer um registro lamentando o não-atendimento do convite ao Ministro do Planejamento, Antonio Kandir para vir falar à Comissão da Amazônia, que foi criada por este Senado Federal com o objetivo de definir uma política de desenvolvimento para a Amazônia.

Quero esclarecer que esta comissão tem dois objetivos: um deles é o de longo prazo, é um objetivo, praticamente, de compor tudo que já foi criado e falado até hoje sobre a Amazônia, tentar sintetizar, tentar expressar o pensamento coletivo de tudo o que já se falou sobre a Amazônia, tentar unir todos os documentos que existem e estabelecer metas de um desenvolvimento participativo, de um desenvolvimento que beneficia a população daquela região, que integre a população à imensa riqueza que ali existe e um desenvolvimento que preserve o meio ambiente e a natureza. Esse é o objetivo a longo prazo.

Existe um outro objetivo que é o a curto prazo – dessa mesma comissão – qual seja o de interferir no dia-a-dia, que é fazer da comissão um fórum de debates para as questões que surgem de maneira repentina para a Amazônia. A questão da privatização da Companhia Vale do Rio Doce é uma delas, a questão de Serra Pelada é outra, e a questão do Orçamento/97 é outra que nos interessa enormemente.

Em função dessa necessidade de interferência imediata nos acontecimentos, a Comissão convidou o Ministro do Planejamento a vir aqui no dia 25 de julho. O Ministro alegou uma série de compromissos ficando, dessa forma, impedido de comparecer. Novamente, a Comissão sugeriu o dia 8 de agosto e, mais uma vez, houve a negativa do Ministro do Planejamento.

Ora, o que estamos querendo é discutir com S. Ex^a, antes que o Orçamento da União, de 1997, venha ao Congresso Nacional discutir o que está previsto em termos de investimento para a nossa Região, para a Amazônia. Porque esse Orçamento é feito a sete chaves, normalmente por técnicos que não entendem nada de coisa alguma: só entendem

de técnica mas não têm a vivência política, não têm o conhecimento com a comunidade, não sabem o que pode realmente ser prioritário no desenvolvimento desse País como um todo.

Quer dizer, o Governo faz esses orçamentos, nos manda esses orçamentos prontos, não há qualquer participação política, nem do Poder Legislativo, nem, muito menos, dos Governadores de Estado, que são tomados quase sempre de surpresa nesse processo. O Governo faz um orçamento fechado, sem participação alguma da sociedade e muito menos da classe política. É apenas o Executivo e principalmente os técnicos do Executivo que decidem sobre esse orçamento.

De forma que gostaríamos que o Ministro viesse a esta Casa para nos dizer qual é o seu propósito, como pretende mandar o Orçamento de 1997, o que está previsto para a Amazônia, porque o que nós, aqui no Congresso Nacional, podemos mudar é absolutamente insignificante.

Quero lamentar profundamente, espero que a minha fala chegue aos ouvidos do Sr. Ministro do Planejamento, quiçá do Senhor Presidente da República, porque não quero pressupor que S. Ex^{as}s tenham a intenção de continuar fazendo as coisas às escondidas. Espero que o Ministro tenha a coragem de vir aqui, ninguém vai obrigá-lo a fazer o que não quer, ninguém vai obrigar o Poder Executivo a tomar uma decisão diferente daquilo que acha que deva ser, mas queremos pelo menos ouvir e sugerir, interferir no processo de criação do Orçamento antes que chegue a esta Casa.

Esperamos que S. Ex^a, que por duas vezes se negou à comparecer à Comissão, compreenda que se não vier antes desse Orçamento chegar ao Congresso será dispensável a sua presença nesta Comissão, pois só nos interessa a sua presença na medida em que possamos saber das coisas que estão previstas no Orçamento/97 para a Amazônia antes que elas se consolidem.

Em função deste fato quero registrar que no dia 08 já está confirmada a presença do Governador do Estado do Amapá, João Alberto Capiberibe, do Partido Socialista Brasileiro, que vai falar sobre o Plano de Desenvolvimento Auto-sustentado do Estado do Amapá.

Registre-se que os levantamentos oficiais mais recentes, divulgados a nível mundial sobre a questão da devastação da Amazônia, mostram o Estado do Amapá como o mais preservado de toda a Amazônia, é aquele que realmente não permite esse tipo de desenvolvimento vinculado à destruição, de aniquilação da natureza e das nossas reservas florestais.

Portanto, Governador João Alberto Capiberibe, sem dúvida alguma, terá muito a contribuir com a apresentação do seu projeto de desenvolvimento auto-sustentado, e evidentemente procuraremos extrair tudo de útil que há nele e transferir essa experiência para outros Governos da Amazônia. De forma que, na próxima quinta-feira, às 8 horas, estará conosco o Governador João Alberto Capiberibe.

Sr. Presidente, era o registro que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer, nesta manhã, pequena reflexão a respeito dos recentes acontecimentos internacionais que envolveram a queda do Ministro Cavallo, na Argentina.

Todos nós sabemos que o Ministro Cavallo tinha profunda identificação, diria quase uma comutação de identidade, com o plano econômico de estabilização argentino. Havia quem, no cenário internacional, desse mais importância à figura do Ministro Cavallo do que à própria figura do Presidente Menem.

O nosso caro Presidente José Saramy, em artigo que escreve hoje em um jornal brasileiro, cita e relembra frase do Presidente Carlos Menem, em fórum de debate internacional, quando este fez uma série de declarações infelizes, motivadoras de certa insegurança, do ponto de vista dos investidores.

Acrescia-se a essa concepção, ou seja, à idéia de que o Presidente Menem não representava a base, a segurança, a solidez do plano de estabilização, o fato de que o Ministro Cavallo é homem extremamente respeitado e conhecido internacionalmente e a ele era atribuída a solidez do plano de estabilização argentino.

Ora, ocorreu uma mudança política importante na Argentina, que eu diria visceral, pois atingiu a base de identificação política do plano de estabilização. Em outros tempos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse fato político-econômico da maior importância traria sérios abalos à economia brasileira e nos afetaria de forma imediata e contundente, com desvalorização significativa da nossa moeda, o aumento do dólar e um forte ataque especulativo às nossas reservas. No entanto, estamos vendo o Banco Central operar, embora intensivamente, de forma tranquila essa questão.

Não vou aqui, Sr. Presidente, entrar no detalhe se o que está ocorrendo resulta de mudança de po-

sições no mercado, se resulta de mudança de expectativas – a expectativa da queda de taxa de juros e a expectativa de uma desvalorização menos acentuada do real – que mudou o comportamento dos investidores. Mas, é sempre bom desconfiar, é sempre saudável levar em consideração que cada vez que há um fato político gerador de instabilidade, essa procura pelo dólar é intensiva no mercado. Ou seja, também estamos autorizados a supor, a imaginar que houve um ataque especulativo. Não vou entrar aqui no julgamento dos investidores; estes obedecem a seus interesses privados e, muitas vezes, imediatistas. Não cabe ao homem público condená-los; quando muito, o que cabe ao homem público é saber como os Governos se preparam para enfrentar esse poder fantástico que têm hoje os investidores mundiais e internacionais em relação à estabilidade das diversas economias.

O caso recente do México, em 1994, demonstra isso claramente. Quando o México deu demonstração de fragilidade nas suas reservas, o ataque especulativo que se deu em cima das reservas monetárias daquele país foi intenso, violento e fulminante. Não fora a imediata iniciativa do Governo americano de oferecer US\$20 bilhões, como apoio financeiro ao México na retomada das condições de enfrentamento da crise, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, não tenho nenhuma dúvida de que não só o Governo mexicano, mas também o Governo brasileiro, o Governo argentino e, quiçá, o Governo chileno teriam sofrido repercussões muito mais profundas e traumáticas do que aquelas ocorridas e que tivemos de enfrentar.

Mas o que desejo registrar, Sr. Presidente – e creio ser da maior importância –, é que se há uma instabilidade de mercado, uma mudança de regras de jogo ou um novo ataque especulativo que tanto caracteriza esses momentos da economia, o Banco Central, com segurança e firmeza, tem condições de enfrentar hoje esse ataque especulativo ou essa insegurança de mercado.

O fato é que temos uma reserva da ordem de US\$60 bilhões. Essa é a garantia básica, primária de que esse processo, esse jogo de forças do mercado não irá destruir o valor da moeda, não irá desfazer a capacidade de compra do trabalhador brasileiro. Portanto, não é uma questão menor, não é uma questão marginal, não é uma questão para as elites, não é uma questão apenas para os entendidos e sábios na matéria. Não, Sr. Presidente, essa é uma questão do maior e do mais amplo interesse público.

Temos hoje uma cesta básica, com os seus 13 produtos primários, que representa pouco mais de R\$69,00. Essa cesta básica, embora sofra variações, vem se mantendo estável há quase dois anos. Ou seja, US\$70,00 ou R\$70,00 significam hoje parcela importante do salário mínimo, parcela significativa do salário mínimo; mas, hoje, o salário mínimo é muito maior do que o valor da cesta básica. No período inflacionário, isso não ocorria; tal era o processo de defasagem do salário mínimo que ele raramente conseguia acompanhar as variações da cesta básica. Portanto, manter a moeda com o mesmo valor, com o mesmo poder aquisitivo, manter a estabilidade do padrão monetário brasileiro não é uma questão de ricos e poderosos investidores em Bolsa ou no mercado financeiro; é uma questão dos trabalhadores mais humildes, mais sofridos e de mais baixa renda neste País. Assegurar um padrão de reservas sólido, consistente, não é uma questão de sofisticados ou intrincados problemas financeiros; é uma questão de assegurar comida na mesa do trabalhador.

De modo, Sr. Presidente, que quero aqui ressaltar o quanto é importante o nosso País ter hoje, como tem, reservas monetárias na dimensão e no valor atuais, na ordem de US\$60 bilhões.

Sr. Presidente, devo enfatizar que, malgrado os custos que o País tem que pagar por essas reservas, é muito importante distinguir o ano de 1986, quando fracassou o Plano Cruzado, e o mês de setembro do mesmo ano, quando se deu a débâcle do Plano Cruzado e o Brasil tinha pouco mais de US\$2 bilhões de reservas.

Veja-se, note-se, ressalte-se o quanto é diferente a situação vivida hoje. Diante da crise, da instabilidade, do momento de insegurança internacional, do ataque especulativo, mas sob a segurança de uma reserva da ordem de US\$60 bilhões de dólares, o Banco Central interveio decisivamente no mercado, conseguindo garantir o valor da moeda.

Ora, não se trata de uma estratégia menor, mas de uma estratégia política de profundo interesse social. Ao Senado, como a Casa responsável por esta área do Governo que é aprovar as operações financeiras, aprovar o Presidente do Banco Central, fiscalizar o Governo nesse setor e nessas atividades, cabe fazer uma criteriosa e consistente reflexão sobre esse assunto que estou a me referir.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. JOSÉ FOGAÇA - Com muito honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador José Fogaça, V. Ex^a faz uma comparação importante entre as economias do México, da Argentina e do Brasil. A queda do Ministro Cavallo representa, obviamente, um sinal de alerta para todos nós brasileiros. Enquanto se conseguiu ali a estabilização de preços, com o crescimento da economia, e tudo parecia azul, mas na medida em que o crescimento foi se deteriorando e o desemprego chegando a níveis da ordem de 18%, em Buenos Aires, começou a haver manifestações e um certo curto-círcuito entre o próprio Ministro das Finanças, Domingos Cavallo, e o Presidente Menem, ocasionando a despedida do Ministro Cavallo. O Presidente José Simey, em seu artigo, destaca alguns dos problemas e conflitos havidos naquela situação. Já tínhamos observado que também o México, por não resolver problemas sociais e de desemprego, acabou sofrendo uma deterioração extraordinária. Em que pese às reservas significativas da economia brasileira, da ordem de R\$60 bilhões, que permitem uma certa margem de segurança para a sua ação, esse grau de segurança precisa levar em conta alguns aspectos. Diante da detectada sobrevalorização relativa do real em relação ao dólar, das permanentes taxas de juros altos e dos leilões ontem efetuados, que envolvem a necessidade de o Brasil atrair capitais externos de risco, para que sejam comprados títulos oferecendo taxas de juros altas e, assim, evitando uma deterioração muito rápida, o fato concreto é que a eventual deterioração da posição de reservas pode acontecer com rapidez, se não houver melhor ajuste. É preciso atenção para esse aspecto. Outro dado preocupante é o da recessão, pelo fato de estarmos crescendo este ano menos do que representa nossa potencialidade. O IPEA estima a taxa de crescimento da economia brasileira para 1996 em torno de 2,5%; portanto, abaixo dos 4% que antes se estava prevendo. De acordo com a pesquisa sobre emprego e desemprego no Distrito Federal, divulgada pela Secretaria de Trabalho e realizada mensalmente pela Codeplan, o Distrito Federal tem um grau recorde de desemprego da ordem de 18,1%, semelhante àquele que preocupou tanto a população de Buenos Aires e da Argentina como um todo. O crescimento do desemprego, nesse caso – constatam os técnicos da pesquisa –, foi provocado pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, que aconteceu em razão da mudança sócio-cultural e, principalmente, da deterioração das condições familiares: os homens estão ganhando pouco ou até perdendo seus empregos e as mães de família têm que ajudar no sustento da

casa, conforme assinalou o Secretário Adjunto de Trabalho, Ivan Guimarães. É preciso que estejam atentos o Governo e o Congresso Nacional a essa evolução. Os índices de desemprego estão muito altos: no Distrito Federal e na Grande São Paulo – 16,2%, assim como em todas as principais regiões metropolitanas. Em Porto Alegre – que V. Ex^a conhece bem – também o desemprego cresceu, no período de dezembro de 95 a junho de 96, de 11,7% para 31,2%, respectivamente. Avalio que se trata de um alerta. A queda do Ministro Cavallo representa um alerta para o Ministro Pedro Malan e para o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Obrigado pelo seu aparte, Senador Eduardo Suplicy. Devo dizer, inclusive sob o ponto de vista do interesse político do Governo, que V. Ex^a tem inteira razão quando protesta, quando ressalta também outro aspecto da questão, que é o custo que ela tem. O Brasil tem uma moeda estável, consegue assegurar o poder aquisitivo do salário dos trabalhadores. No entanto, isso tem um custo. E esse custo é justamente o que hoje significa, mais dramaticamente, o problema a ser enfrentado pelo Governo.

Se analisarmos com seriedade, com critério e com muita atenção, vamos ver que o desemprego e a elevação da taxa de juros, sendo que a primeira é resultado da segunda, não é mais do que consequência. Na verdade, não é mais do que resultante, Senador Eduardo Suplicy, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque temos hoje, no Brasil, um processo de estabilização que demanda, que exige, que precisa, sobretudo, de um padrão de reservas monetárias sólido, inspirador de confiança, como uma muralha contra os ataques especulativos; para formar essas reservas, tivemos que elevar as taxas de juros, a fim de atrair investidores.

Por outro lado, para que isso acontecesse, ou seja, para que as reservas fossem mantidas, o Brasil teve que reter as suas importações, o processo de consumo, ou baixar o ritmo fulminante de consumo que sempre ocorre no início dos programas de estabilização, como ocorreu com os Planos Collor, Cruzeiro, Bresser, e todas as tentativas frustradas de estabilização que o País viveu – a onda intensa de consumo, imediata e em ritmo frenético que se estabelece logo após esses planos de estabilização.

Se as autoridades monetárias, econômicas, dão livre expansão a esse processo de consumo, garantem uma expansão da oferta de emprego e, de alguma forma, uma melhoria real e consistente de salários, num primeiro momento, também é verdade

que, logo após essa primeira sensação de crescimento, vem uma coisa chamada inflação, desvalorização da moeda, perda do poder aquisitivo e, portanto, desorganização da economia.

É muito importante ter claro que apoiar o crescimento econômico, uma redução da taxa de juros, não é algo que também não tenha as suas consequências, as suas más resultantes. Se o País deseja crescer de 5 a 10% ao ano, se deseja aumentar a oferta de emprego num ritmo rapidíssimo para oferecer uma situação de pleno emprego, tem que saber também que isso está diretamente ligado ao fato de que o preço da comida vai subir, de que comer vai custar mais caro e de que os trabalhadores comerão menos.

Portanto, o que hoje está em questão, o que está sendo indagado, sobretudo, é o seguinte: há custos? Sim. Há ônus? Sim. Há um peso que está sendo pago? Sim, porque investe, porque é onerado com elevadas taxas de juros.

Quem toma empréstimos num banco sofre, quem compra a prazo sofre; isso é, sem dúvida nenhuma, inegável, isso é verdade absoluta. Somente um cego nega essa realidade. Mas quem diz que tem de haver mais emprego, uma expansão das frentes da economia, uma redução imediata das taxas de juros, tem que saber também que, ao haver tudo isso, vai também haver um aumento considerável da cesta básica, uma redução de poder aquisitivo dos trabalhadores e, em seguida, evidentemente, uma ampliação da fome. Trata-se de um jogo de perdas e ganhos, de custo/benefício e de avaliação política do que é fundamental, prioritário, básico e essencial, e aquilo que pode permitir que, ao longo do tempo, haja um processo, evidentemente, de retomada de condições básicas melhores, com menor taxa de juros e com maior expansão da economia, com maior crescimento da economia.

Ora, esse custo é o custo de hoje, esse peso, esse ônus, é o ônus de hoje. Mas há uma certeza e uma convicção profunda de que as taxas de juro serão reduzidas gradativamente. Há uma certeza de que a economia terá momentos mais privilegiados de expansão e crescimento, logo ali, no futuro. Se optássemos pelo processo inflacionário, pelo descontrole da moeda, pela desestabilização da moeda, a certeza seria uma só: a de que não haveria planejamento possível, nunca haveria redução de taxa de juros, não haveria melhoria de salários e nem possibilidade de crença no nosso futuro.

De modo que a questão estratégica não pode ser unilateralmente considerada, não pode ser vista

desse ângulo, apenas. O enfrentamento da questão do desemprego e da taxa de juros, hoje, se faz como? Pelo imediatismo, pelas soluções emergentes, prontas, irracionais e de resultados desastrosos? Não! Faz-se de uma maneira coerente, num ritmo sério e, portanto, consistente e sustentável.

A queda da taxa de juros é real; ela vem num processo redutivo considerável. Somente isso é que vai garantir o aumento dos investimentos, a expansão da economia e a maior oferta de emprego. Temos que considerar que essa é uma estratégia dura, amarga, difícil; manter essas reservas está custando ao Brasil, mas é a sua manutenção que faz com que fique a R\$69,00 a cesta básica do brasileiro.

Portanto, trata-se de uma estratégia que estabelece prioridades, que visa a alternativas e que faz as suas escolhas. É possível que algum gênio consiga inventar um país com a capacidade produtiva, com o parque instalado produtivo que tem hoje o Brasil – insuficiente para a demanda e para as necessidades da sua população – e consiga permitir juros baixíssimos, expansão enorme da economia e, ainda assim, uma moeda controlada estável. Isso não aconteceu nunca na história dos povos e da humanidade, em lugar nenhum do mundo, mas é possível que alguém aqui, no Senado, no Governo ou na Oposição, consiga ter inventado essa roda desconhecida.

Temos hoje reservas monetárias de 60 bilhões, que nos custaram e nos custam, muitas vezes, aquilo que é, do ponto de vista do homem da iniciativa privada, principalmente do empresário, mais duro para ele, que é a taxa de juros, o que lhe onera mais, o que lhe descapitaliza mais. Não há, aqui, quem não reconheça, quem não se solidarize, quem não participe dessa situação, muitas vezes dramática, de alguns empresários. Mas o País, como um todo, está fazendo essa opção estratégica. Tem que ficar em R\$69,00 a cesta dos 13 produtos básicos que servem para a mesa do trabalhador.

Se a classe média, se os empresários, se outros setores sofrem oscilações, é possível que esse seja o custo que tenhamos a pagar, em benefício de uma grande maioria.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Com muita honra e com muito prazer concedo o aparte a V. Ex^a, caríssimo Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Diz bem V. Ex^a, Senador José Fogaça, que a estratégia tem de ser árdua, dura, difícil, porque não se pode fazer uma re-

cuperação econômica com gracejos ou com irresponsabilidade. V. Ex^a partiu da premissa, no seu discurso, recordando o problema da Argentina, da queda do Ministro Domingo Cavallo. Lembro-me de que, por ocasião da crise mexicana, o Ministro Cavallo e o Presidente Carlos Menem foram à Nova Iorque para tranquilizar a chamada camada dos banqueiros internacionais. O Ministro Domingo Cavallo, com propriedade e segurança, mostrava que essa intransqüilidade não existiria na Argentina, porque havia a diferença do México para com a Argentina. Logo após a sua fala, o Presidente Menem resolveu, apesar de já haver avaliado o que o Ministro Cavallo tinha dito, acrescentar algumas palavras para dizer que os banqueiros norte-americanos se tranqüilizassem, porque na Argentina não havia índios e, no México, a população indígena era de 30%. Com isso, S. Ex^a acabou cometendo uma impropriedade; os banqueiros norte-americanos ficaram preocupados com essa declaração, viram que entre um e outro havia uma diferença enorme...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Exatamente.

O Sr. Bernardo Cabral – ... mostrando que, no final, o que o Presidente Menem queria era fazer um anúncio político, esquecido de custo-benefício, como se fosse possível abrir "tomeirinhas", para usar a linguagem econômica, e começar a fazer os gastos do consumo aos quais V. Ex^a se referia ainda há pouco. Em verdade, precisamos realmente, já que temos US\$60 bilhões, manter as medidas que foram tomadas para garantir o sucesso ou pelo menos a permanência dessa cesta básica, que é útil, que é indispensável ao trabalhador, ao invés de ficarmos anunciando sonhos mirabolantes que não vão ser realizados. Quero dizer que a análise de V. Ex^a, a ela presto a atenção que lhe sempre sou devedor, para, felizmente, numa sexta-feira desta, quando o Plenário cresce em qualidade, ainda que falte em quantidade, poder ouvi-lo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Obrigado, Senador Bernardo Cabral. V. Ex^a faz uma intervenção que demonstra claramente o quanto o político interfere no econômico e no financeiro, como a infeliz declaração – a que V. Ex^a se referiu – do Presidente Carlos Menem, que demonstrou desconhecimento e preconceito, inclusive certa fragilidade do ponto de vista do controle do processo econômico do seu País; o quanto isso abala os mercados; o quanto isso interfere na vida interna da Argentina e o quanto isso repercute nos países que têm o mesmo nível de desenvolvimento da Argentina, como é o caso do Brasil e do México, para falar na América Latina.

Há algo que é preciso ser analisado no comportamento do México e no comportamento da Argentina. O Presidente Carlos Menem pode ser um homem até precário em termos de conhecimento. Vê-se logo, quem ouve um discurso, um pronunciamento dele, uma certa fragilidade e uma certa precariedade intelectual. Não há dúvidas quanto a isso. Mas há algo no Presidente Carlos Menem que, de certa forma, explica o fato de ele ter sido Presidente, ter mudado a Constituição e ter sido reeleito. É um certo instinto político. Muito mais do que conhecimento e a aposta racional em uma estratégia, S. Ex^a tem um instinto e por esse instinto caminha.

E qual é o instinto do Presidente Carlos Menem? É o de, embora resolvendo uma questão política, como a do ex-Ministro Cavallo, embora desatando um nó político da Argentina para atender a setores e para se desfazer de uma possível sombra, de uma possível comparação já amarga e desqualificadora para ele, Menem, apesar de fazer isso, determinou ao novo Ministro Fernández a manutenção rigorosa da mesma segurança monetária, ou seja, a manutenção das reservas argentinas. E enfrentar qualquer ataque especulativo, porque há na pele, talvez muito mais do que na cabeça do Presidente Menem, o sentimento de que a manutenção do valor aquisitivo da moeda é aquilo que mais serve à grande maioria do povo argentino.

E o Presidente do México, Ernesto Zedillo, acaba de determinar ao seu Ministro da Fazenda que emita US\$8 bilhões em títulos a serem colocados no mercado externo para, com US\$1 bilhão, pagar o Fundo Monetário Internacional e, com os outros US\$7 bilhões obtidos, pagar uma parte considerável daquilo que os Estados Unidos emprestaram no período de crise de 94.

Mas o que S. Ex^a deseja com esta prática, e os jornais mexicanos destacam na última semana, é uma coisa só: impedir o processo de desvalorização do peso mexicano; garantir, ainda que no patamar baixo em que o peso se encontra, a manutenção do valor da moeda. Isso é algo profundo, talvez só percebido pelos políticos que têm pele ou pelos profundos conhecedores do mecanismo social que reflete as variações e as tendências da economia.

É verdade, sim, que se nós, como o Presidente Menem e como o Presidente Ernesto Zedillo, no México, fôssemos ficar impregnados do vozório dos reclamos e do protesto da classe empresarial, já teríamos desvalorizado a moeda. Não tenho dúvida disso. Já teríamos desvalorizado a moeda porque representaria uma contenção das importações, melho-

ria dos capitais privados internos, em termos de investimento, pois, evidentemente, no momento em que caem as importações, os setores não competitivos da economia têm a sua situação assegurada e tranquila.

Ora, isto atende ao vozerio do empresariado? Atende. Mas por que o Presidente Ernesto Zedillo, no México, por que o Presidente Carlos Menem, na Argentina, não estão cedendo a esse vozerio? Tratam, contra tudo e contra todos – muda Ministro Cavallo, entra Ministro Fernández – de manter a valorização da moeda.

É sobre isso que quero refletir nessa manhã, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores: Quero refletir que é possível que haja problemas, consequências duras, amargas, traumáticas enfrentados por setores importantes do Brasil, mas há nessa estratégia uma prioridade, e essa prioridade preside todas as demais. Preservar o valor da moeda é preservar o poder aquisitivo da população, não só de toda a população, mas, principalmente, daquela população mais pobre, mais sofrida e de renda mais baixa.

Isso é o que queríamos trazer como reflexão para os Srs. Senadores nesta manhã.

Obrigado Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.512, adotada em 30 de julho de 1996 e publicada no dia 31 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, que dispõe sobre o crédito rural".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jader Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Jonas Pinheiro	Júlio Campos
Joel de Hollanda	Freitas Neto
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
	PTB
Emilia Fernandes	Regina Assumpção
	PSB
Ademir Andrade	Antonio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Hugo Rodrigues da Cunha	Adauto Pereira
Antônio dos Santos	Jaíme Fernandes
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Ivandro Cunha Lima	Oscar Goldoni
	Bloco (PPB/PL)
Odelmo Leão	Gerson Peres
	PSDB
Ayrton Xerez	Antônio Aureliano
	PT
Sandra Starling	Nilmário Miranda
	PDT
Matheus Schmidt	Silvio Abreu

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

2. Dia 2-8-96 – designação da Comissão Mista

Dia 5-8-96 – Instalação da Comissão Mista.

Até 5-8-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 14-8-96 - prazo final da Comissão Mista

Até 29-8-96- prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

11. Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h10min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL N° 944, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1996, resolve:

Art. 1º São designados os servidores Luciano Freitas de Oliveira (matrícula nº 1383-Cegraf) e Franklin Albuquerque Paes Landim (matrícula nº 544-Cegraf) gestores, titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 26, de 1995, celebrado entre o Senado Federal e a Empresa Entherm Engenharia de Sistemas Termomecânicos Ltda.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de agosto de 1996. – Aga-
ciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 945, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1996, resolve:

Art. 1º São designados os servidores Manoel Vitorino Jorge de Menezes Lira (matrícula nº 2493) e Franklin Albuquerque Paes Landim (matrícula nº 544-Cegraf) gestores, titular e substitutivo, respectivamente, do Contrato nº 19, de 1995, celebrado entre o Senado Federal e a Empresa Remam – Construções e Serviços Ltda.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de agosto de 1996. – Aga-
ciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 61, DE 1996

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso XIV, combinado com o art. 40, §§ 1º e 2º, do Regulamento do Prodasel, aprovado pelo ato nº 19, de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com as alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD 350/96-6, resolve:

I – Constituir Comissão Especial com a finalidade de elaborar minuta de Edital relativo à contratação de serviços na área de entrada de dados, observando as atuais necessidades do Prodasel.

II – Designar para compor a referida Comissão Especial os servidores ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS e LUIZ GONZAGA TEMPORAL FILHO, da DDS; MARIA DAS GRAÇAS SOARES, da COI;

JOSÉ DE FÁTIMA DOS REIS e JOSÉ CARLOS PEDROSA BETÔNICO, da DSO; MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO RODRIGUES, da ADE; e MARIA COELI BARBOSA CAMPOS, da DAF.

III – Designar o servidor ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS para presidir a Comissão Especial e a servidora MARIA DAS GRAÇAS SOARES para substituí-lo, em seus impedimentos.

IV – Fixar o prazo até 13-7-96 para que a Comissão conclua seus trabalhos ou apresente novo cronograma que justifique a sua prorrogação.

V – Este ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do Prodasel.

Brasília-DF, 30 de julho de 1996. – **Marco Antonio Pais dos Reys**, Diretor-Executivo.

ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 62, DE 1996

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso das atribuições regulamentares e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro Secretário do Senado Federal nºs 9/92 e 3/95, resolve:

Art. 1º Designar os servidores PAULO DE MORAES NUNES, matrícula 521, e EDUARDO PEREIRA DA SILVA, matrícula 547, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato:** nº 52/1994 / **Processo:** PD 175/94-3

Contratado: Sispro Sistemas e Projeção Informática Importação e Exportação Ltda.

Objeto: Aquisição com garantia de funcionamento de discos rígidos e controladoras SCSI.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do Prodasel, revogado o Ato nº 151/95.

Brasília, 31 de julho de 1996. – **Marco Antonio Pais dos Reys**, Diretor-Executivo.

the following text. It is not clear if this is a copy of a letter or a note to a letter. The text is in a cursive hand and is somewhat faded. The first line is very faint and appears to begin with 'Dear Sirs'.

MESA Presidente José Samay - PMDB - AP 1º Vice-Presidente Taotônio Vilela Filho - PSDB - AL 2º Vice-Presidente Júlio Campos - PFL - MT 1º Secretário Odacir Soares - PFL - RO 2º Secretário Renan Calheiros - PMDB - AL 3º Secretário Levy Dias - PPB - MS 4º Secretário Ermândes Amorim - PMDB - RO Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares - PSB - SE Eduardo Suplicy - PT - SP Ney Suassuna - PMDB - PB Emilia Fernandes - PTB - RS	LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elio Alvares - PFL - ES Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS	LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira Vice-Líder Esperidião Amin
	LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Giovam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda	LIDERANÇA DO PT Líder José Eduardo Dutra Vice-Líder Benedita da Silva
	LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá	LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo Vice-Líder
	LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Malo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho	LIDERANÇA DO PDT Líder Júlia Marise Vice-Líder Sebastião Rocha
		LIDERANÇA DO PPS Líder Adamir Andrade
		LIDERANÇA DO PSL Líder Roberto Freire
		LIDERANÇA DO PT Líder Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PFL

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Arlindo Porto

PT

1. Lauro Campos

PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *2
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53
RAMEZ TEBET	MS-2221/22
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
6-CASILDO Maldaner	SC-2141/42
7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
8-VAGO	
PFL	
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
VILSON KLEINÚBING	SC-2041/42
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
BELLO PARGA	MA-3069/70
FREITAS NETO	PI-2131/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
6-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52
GERALDO MELO	RN-2371/72
OSMAR DIAS	PR-2121/22
1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
1-EPITÁCIO CAFETEIRÁ	MA-4073/74
2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15
1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
2-VAGO	
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146
	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA
	PR-4059/60
PDT	
JÚNIA MARISE	MG-4751/52
1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFÔNOS DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	MS-2221/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CÁRLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CÁRLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
----------------	--------------	--------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	
----------------------	------------	--------	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ÁLA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

IRIS REZENDE	G0-2031/37	1- VAGO
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
-----------------	------------	----------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	------------	--------------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/62
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO
ROMEU TUMA *1	SP-2051/67	

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCÉLINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
PTB	
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB / PPS	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
 PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	7-VAGO
PFL	
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
PEDRO PIVA	SP-2351/2353
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	1-ROMEU TUMA
	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB; falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47

PSDB

GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
--------------------	------------	------------------	------------

PT

BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
-------------------	------------	----------------	------------

PTB

EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
------------------	------------	------------------	------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
-----------------	------------	-----------------	------------

PSB / PPS

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	----------------------	------------

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**(SEÇÃO BRASILEIRA)****(Designada em 25-4-95)****Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN****Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER****Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO****Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA****SENADORES****Titulares****Suplentes**

PMDB

Marluce Pinto¹
Roberto Requião

PFL

Joel de Hollanda
Júlio Campos

PSDB

Geraldo Melo

PPB

Fetter Júnior^{3 4}

PTB

Dilceu Sperafico

José Fogaca
Casildo MaldanerWilson Kleinlbing
Romero Jucá

Lúdio Coelho

Esperidião Amin

Emilia Fernandes

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar PFL/PTB**Luciano Pizzatto
Paulo BornhausenAntônio Ueno
José Carlos Vieira

PMDB

Paulo Ritzel
Valdir ColattoElias Abrahão
Rivaldo Macari

PSDB

Franco Montoro

Yeda Crusius

PPB

Fetter Júnior^{3 4}

Jólio Pizzolatti

PP

Dilceu Sperafico

Augustinho Freitas

PT

Miguel Rossetto

Luiz Meinardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.² Filiado ao PSDB em 22-6-95.³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 126 · abril/junho - 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exonerado tributária dos aposentados e pensionistas – Osvaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos para Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convención de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus excludenciais: Situações controvertidas – Élio Wandérley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimaraes Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Hélio Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGILATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro - 1995

Leia neste número:

- Direitos e garantias fundamentais - Josaphat Marinho
A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática - Arnoldo Wald
Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência - Álvaro Lazzarini
A Constituição e a educação brasileira - Edivaldo M. Boaventura
A função judicante do Poder Legislativo no Brasil - Paulo Lopo Samiva
Direito à moradia - Sérgio Sárvulo da Cunha
Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro - Edilson Pereira Nogueira Júnior
Apropriação indébita em matéria tributária - Carlos Alberto da Costa Dias
A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 - Otto Eduardo Vizcão Gil
Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos - Teori Albino Zavascki
Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a "Execução Provisória da Sentença Penal" - Maurício Kuehne
A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia - José Augusto Delgado
Uma leitura jurídica da prostituição infantil - Josiane Rose Petry Veronesi
Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 - Jorge Ulisses J. Fernandes
Empresa agrária e estabelecimento agrário - Fábio Maria de Mattia
Neoliberalismo e desadministrativização - Gladston Mamode
Prestação de contas - instrumento de transparência da Administração - Flávio Sátiro Fernandes
Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul - José Matias Pereira
A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos - Jete Jane Fiorati
Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal - Fabiana de Menezes Soares
Invalidação "ex officio" dos atos administrativos pelo Juiz - José Américo A. Costa
A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites - Amandino Teixeira Nunes Júnior
O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil - Thadeu Andrade da Cunha
A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua - Fredy Orlando Soto
Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) - Luís Afonso Heck
IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos - Silvio Meira
A Responsabilidade do Estado-Juiz - Rogério Marinho Leite Chaves
Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas - José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:
Endereço:
Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:
Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

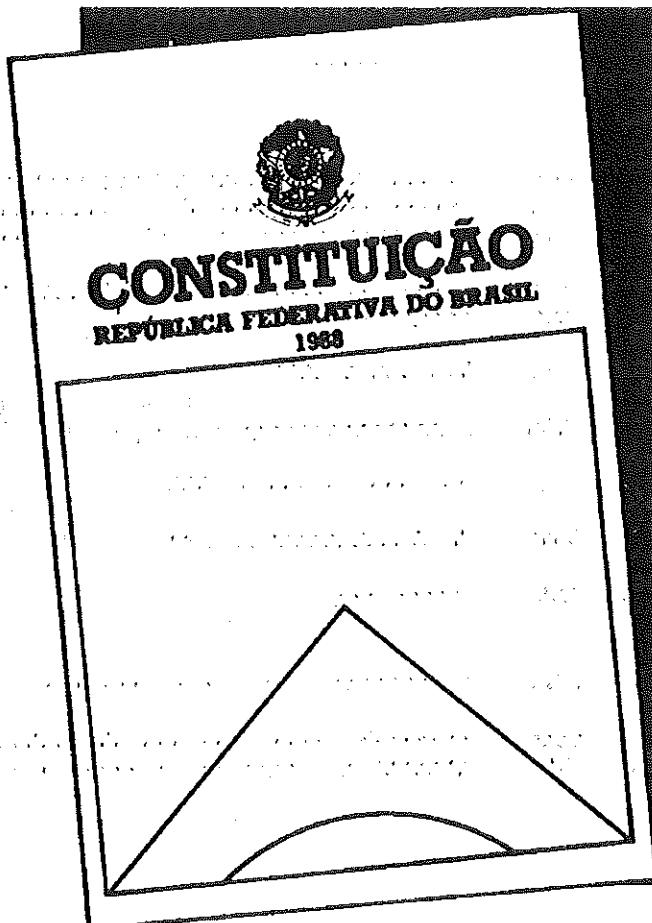
COMPACT DISK

CD/ROM

- Normas Jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodases.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

**SubSECRETARIA de Edições TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUIDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

**Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF**

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o.porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS